

A expansão do cânone filosófico e a revista acadêmica como suporte para o Ensino de Filosofia

The expansion of the philosophical canon and the academic journal as support for Philosophy teaching

Flávio Tonnetti

O segundo número de TARKA — Revista de Filosofia Intercultural vem reforçar o compromisso de expansão do cânone filosófico assumido pelo grupo de pesquisadores organizados em torno da Associação Latino-americana de Filosofia Intercultural (ALAFI). Espera-se que os textos publicados neste número possam se constituir como valioso material didático para cursos de filosofia e ciências humanas orientados por professores que desejem expandir suas discussões a partir de vetores culturais mais diversificados.

Os textos desta edição apontam, cada qual a seu modo, para discussões em que uma dimensão metafísica participa do que ocorre no campo das relações ético-políticas, conectando o campo imaterial ao domínio do que seria, aparentemente, estritamente material. Em muitos dos artigos, encontramos a compreensão de que organização da sociedade e a ação política estão fundamentadas em uma metafísica ou cosmologia supra ou intraorganizadora da realidade físico-social. Essa articulação sugere que para mudar a ação prática — na dimensão política do *fazer* — é necessário transformar a concepção sobre o universo — na dimensão ontológica do *ser* — em perspectivas

culturalmente moduladas por suas estruturas filosóficas de origem, sejam elas indianas, árabes, andinas, africanas ou afroameríndias.

O texto *Conocimiento, afectividad y bhakti en la conclusión del Vedārthasaṃgraha de Rāmānuja*, de Martín Emilio Rosana (2025), investiga a relação intrínseca entre conhecimento, afetividade e devoção (*bhakti*) na obra do filósofo indiano Rāmānuja (1017–1137 EC), demonstrando como se articula uma filosofia em que o *saber* e o *sentir* não são esferas separadas, mas componentes de uma única experiência espiritual voltada a um ser supremo — *brahman*. Para Rāmānuja, a busca pelo conhecimento não é um exercício meramente intelectual, mas uma meditação intencional e constante (*anudhyāna*) definida como uma devoção superior (*para-bhakti*). Essa prática permite que o devoto alcance uma percepção direta (*pratyakṣatā*) do divino, tornando o conhecimento de Deus uma experiência “cara a cara”. A metafísica, nesse caso, tem consequências éticas bastante claras, contribuindo diretamente para o bem-estar dos indivíduos. Na perspectiva de um ensino intercultural de filosofia, um texto como esse nos permite colocar em contraste, por exemplo, as posições éticas e ontológicas aristotélicas ou, ainda, discutir a diferença através da qual a questão da fé e da razão foi elaborada por filósofos cristãos-europeus ou islâmicos-árabes no curso da Idade Média. Em disciplinas como Teoria do Conhecimento, Epistemologia ou Filosofia da Ciência, pode-se discutir de que modo uma noção de conhecimento como a de Rāmānuja se diferenciaria da racionalidade Moderna, fundada no *saber como poder* de Francis Bacon, ou para debater formas de incorporar a afetividade na concepção da racionalidade

a fim de que a *ratio* não se converta numa instrumentalização ou objetificação da vida. Desse modo, é possível estabelecer paralelos com ensaios de Adorno ou Marcuse, ou mesmo examinar os desafios éticos de uma ciência a partir dos debates contemporâneos em torno dos valores e da manipulação da vida discutidos por Hugh Lacey.

O tema da racionalidade em sua relação com o afeto específico da felicidade, compreendida como bem comum, também está presente no texto *Sobre as cidades não excelentes de Alfarabi*, de Alexandre Chareti (2025), que mergulha na filosofia árabe do século X para analisar o tema político da constituição da cidade, destacando a diversidade de práticas viciosas que configuram as “cidades não excelentes” em contraste com o ideal da felicidade a ser alcançado pelo uso adequado da faculdade racional — em que um viés metafísico também se faz evidente. Em termos de potencial pedagógico, esse artigo nos permite um amplo plano de ensino intercultural em torno do tema da cidade ideal — e da boa ordenação da vida comum — presente em textos de Confúcio, Platão, Santo Agostinho, Maquiavel, Thomas Morus e Christine de Pizan — ou mesmo em relação a autores como Karl Popper ou Iris Marion Young, a partir dos quais podemos buscar recortes contemporâneos específicos de ideologia ou gênero, que podem ser calorosamente debatidos em contextos de ensino.

Já no artigo *Una conciencia ecológica ch'ixi: Relacionalidad y antagonismo en el Pacha desde Silvia Rivera Cusicanqui*, de Juliana Diaz Quintero (2025), o problema da vida comum e do fracasso da racionalidade ilustrada pode ser enfrentado

a partir do referencial filosófico aymara — na expressão de um pensamento latino-americano e ameríndio. Nele, encontramos uma resposta à crise civilizatória e ecológica contemporânea a partir da consciência ecológica *ch'ixi*, nos oferecendo subsídios para o questionamento da visão antropocêntrica que frequentemente separa o humano da natureza. É preciso encontrar alternativas para um sistema em que a natureza é percebida apenas como recurso, o que fatalmente recai em um tipo de expropriação que incorre na devastação ambiental e no etnocídio de povos originários.

No mundo *ch'ixi*, uma nova dinâmica relacional se estabelece, com a coexistência de opostos que não se fundem e não se exterminam, mas permanecem em fricção criativa e tensão permanente — metáfora para sociedades que vivem simultaneamente a modernidade e a tradição, sem que uma anule a outra. Nessa perspectiva, a realidade é um universo vivo, ampliando os desafios éticos, agora expandidos às outras espécies e formas de vida que conosco coabitam Pacha. Este pluriverso vivo, representado por Pacha, como entidade feminina *geradora* da vida e *possuidora* de vida, nos exige uma ética do cuidado e da reciprocidade muito diferentes das relações baseadas na exploração ou no uso de uma racionalidade instrumentalizadora. Ao observar os desafios ambientais e bioéticos a partir do pensamento andino não como nostalgia do passado, mas como ferramenta conceitual emancipadora, o ensaio de Diaz Quintero aponta para possibilidades de habitar a Terra a partir de outros modos relacionais. Em termos pedagógicos, esse texto pode ser facilmente aproximado dos ensaios de Ailton Krenak ou do diálogo estabelecido entre Bruce

Albert e David Kopenawa, buscando vetores comuns presentes em diferentes cosmologias indígenas.

Em termos de reflexões que desafiam a hegemonia do pensamento eurocêntrico e exploram ontologias decoloniais e alternativas relacionais, temos os três artigos de Carla de Brito Nascimento, Glauciane Souza e Fábio Falcão Oliveira. O primeiro desses trabalhos, intitulado *Lélia Gonzalez e a fundamentação do feminismo negro brasileiro*, de Carla Nascimento (2025), apresenta a obra de Lélia Gonzalez e seu papel fundamental para o feminismo negro brasileiro na luta ancestral das mulheres negras. Considerando a questão da interseccionalidade apontada por Gonzalez — analisando a tríplice discriminação contra a mulher negra no entrelaçamento de opressões orientadas por raça, gênero e classe — Carla Nascimento defende que a herança filosófico-conceitual de Lélia Gonzalez está personificada em figuras como Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, cujas vivências de resistência política, social e literária alimentam a fundamentação de um feminismo que visa o “bem viver” de toda a sociedade. Desse modo, conceitos como a *amefricanidade* — categoria que reconhece a influência africana e indígena na formação cultural da América Latina — e *pretuguês* — que identifica a africanização do português falado no Brasil como uma marca de resistência e saber ancestral — vão se consubstanciando na vida de mulheres que deram, a partir de suas próprias vivências, o testemunho radical de um pensamento que se contrapõe à linguagem e aos modos de vida impostos pelo colonizador. Por esse existir exemplar, tais mulheres devem ser referenciadas — e reverenciadas — como modelos de saber e ser.

Em uma perspectiva didática, o texto de Carla Nascimento pode entrar em diálogo com a posição de Beatriz Nascimento em relação ao mito arquetípico de Zumbi — e sua discussão sobre o quilombismo — elaborada por meio de uma comparação com o mito de Moisés discutido por Freud, de modo a revelar como as narrativas fundacionais organicamente elaboradas por povos oprimidos participam das estratégias de resistência à opressão.

Na mesma linha de um saber incorporado, Glauciane Souza (2025), em seu texto *Capoeira Angola: corporeidade e ancestralidade na cultura popular brasileira*, ampliando a noção de resistência para além do campo político-discursivo, apresenta a Capoeira Angola como uma tecnologia de resistência, constituindo um território em que a ancestralidade é grafada diretamente no corpo. A garantia da continuidade da vida, nesse caso, inclui não apenas aspectos materiais, mas também imateriais. A projeção da discussão em termos metafísicos é possível graças à leitura do fenômeno da capoeira operada por Glauciane Souza em uma genuína abordagem intercultural, que recorre tanto à noção de corporeidade do filósofo francês Merleau-Ponty quanto ao pensamento do filósofo congolês Bunseki Fu-kiau. Se, em Merleau-Ponty, entendemos que o corpo é um “ser-no-mundo” que percebe e comunica sentidos antes mesmo de qualquer racionalização intelectual, com Fu-kiau, aprendemos que, para os povos de origem Bantu-Kongo, o corpo não é apenas físico, mas um centro de memória coletiva e um espaço atemporal por onde a força vital (*kalunga*) transita. Fundamentada no *Dikenga*, o cosmograma Bakongo, a capoeira não apenas representa, mas apresenta conceitos de modo

corporificado. Como prática corporal compreendida filosoficamente, a capoeira nos mostra como um certo tipo de conhecimento pode circular por meio de estratégias não escritas na exterioridade do corpo, mas inscritas no próprio corpo. Nesse contexto, a oralidade ganha primazia sobre formas verbais escritas. O conhecimento não é apenas adquirido, mas incorporado por meio da *oralitura* — conceito recuperado de Leda Maria Martins, que define o corpo como um local de inscrição, transmissão e revisão da memória ancestral por meio gestual e performático. A *ginga*, por exemplo, não é apenas um movimento de defesa, mas o “gesto primordial” do nascimento e do vir a ser — que em bantu-kongo se expressa pelo conceito de *kala* — conectando o capoeirista contemporâneo às estratégias de resistência de figuras do passado, como a Rainha Nzinga. A roda de capoeira torna-se, desse modo, um ritual de purificação e reatualização da origem, onde o mestre atua como o sábio que preserva a sacralidade da palavra e do movimento, transmitido de geração em geração.

Dando continuidade à reflexão sobre a identidade e a produção de saber, temos, por fim, o artigo *A Crítica da Razão Tupiniquim*, de Fábio Falcão Oliveira (2025), que tem o mérito de recuperar e recolocar em circulação a obra de Roberto Gomes. Com estilo sarcástico, mordaz e bem-humorado, Gomes atacava a falta de originalidade da filosofia produzida no Brasil de seu tempo, que, para ele, limitava-se a repetir modelos importados da Europa. Gomes, que nos parece incomodamente atual, insiste que uma certa passividade intelectual é resultante de um conformismo enraizado, no qual o pensador brasileiro subestima a própria realidade em favor de uma erudição estrangeira

— uma postura intelectual que lhe parece esterilizante. Em seu artigo, Oliveira destaca a figura do “homem sério” — o acadêmico de terno e gravata — que ritualiza o pensamento e rotula qualquer tentativa de originalidade como “loucura” ou “falta de rigor”. Em vez de encarar a aventura de um pensamento original, o intelectual “sério” utiliza uma razão ornamental ou eclética para manter privilégios e evitar o confronto com os problemas sociais reais da nação. Tanto para Gomes quanto para Oliveira, a filosofia autêntica só poderá nascer da “tragédia” de se descobrir brasileiro, o que exige abandonar a máscara estrangeira para construir um pensamento que parta do nosso solo, da nossa cultura e dos nossos próprios impasses históricos — incluindo e considerando nossa africanidade e o saber dos povos originários, articulando as diversas matrizes de nossa constituição sociocultural.

Acreditamos, sinceramente, que esses desafios serão mais facilmente superados por meio de abordagens interculturais no ensino de filosofia, a partir da formação dessa e das próximas gerações. Tendo isso em perspectiva, esperamos que este número da TARKA possa apontar caminhos para o desenvolvimento de um pensamento filosófico cada vez mais plural.

Flávio Tonnetti

Editor-chefe da TARKA e membro da
Associação Latino-americana de Filosofia Intercultural.
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<https://orcid.org/0000-0002-9279-1852>

Referências

- CHARETI, Alexandre. Sobre as cidades não excelentes de Alfarabi. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.
- NASCIMENTO, Carla de Brito. Lélia Gonzalez e a fundamentação do feminismo negro brasileiro. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.
- OLIVEIRA, Fábio Falcão. A crítica da razão tupiniquim: proposta e formação original. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.
- QUINTERO, Juliana Diaz. Una conciencia ecológica ch'ixi: Relacionalidad y antagonismo en el Pacha desde Silvia Rivera Cusicanqui. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.
- ROSANA, Martín Emilio. Conocimiento, afectividad y bhakti en la conclusión del Vedārthasaṃgraha de Rāmānuja. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.
- SOUZA, Glauciane. Capoeira Angola: corporeidade e ancestralidade na cultura popular brasileira. TARKA – Revista de Filosofia Intercultural, v. 1, n. 2, 2025.